

Operação Compliance Zero

Especialistas avaliam como positivo sob diferentes aspectos acordo para salvar o BRB, e suficiente para conter fase mais aguda de uma das maiores crises financeiras do país provocada por fraudes

Problema de liquidez foi contornado

» MILA FERREIRA
» PAULO GONTIJO

Acordo firmado ontem entre o Governo do Distrito Federal (STF), a União, o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e o Banco de Brasília (BRB) para salvar a instituição financeira foi visto como positivo por especialistas em mercado financeiro que acompanham e analisam a situação desde o início (veja quadro). Apesar de algumas ponderações, os analistas avaliam que o empréstimo de R\$ 6,5 milhões vai ajudar a recompor a liquidez do banco e conter a fase mais aguda da crise.

O professor de economia do Ibmec e analista de investimentos Renan Silva destaca que o objetivo da operação firmada é preservar a solvência do banco, restabelecer a confiança dos depositantes e conter risco sistêmico regional decorrente das perdas. “Na prática, a estruturação do empréstimo amplia a capacidade de absorção de perdas do BRB e recompõe imediatamente a posição de liquidez, impedindo deterioração adicional da base de depósitos”, diz.

“A engenharia institucional construída no STF, necessária para superar limitações regulatórias que impedem o FGC de emprestar diretamente a bancos, evidencia tanto a urgência da situação quanto o esforço coordenado para evitar um desfecho mais drástico, como a liquidação extrajudicial”, acrescenta o especialista.

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo também enxerga de maneira positiva a etapa vencida ontem. “Foi dado um grande passo, com autoridades de peso assinando o documento, inclusive, o ministro Luiz Fux, do STF, homologando o acordo”, ressalta, citando, ainda, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o advogado-geral da União, Jorge Messias. “O interessante é que há uma disposição do FGC de conceder o crédito. Isso resolve aquela questão de patrimônio, para que o BRB possa colocar em prática o business plan”, completa Bergo, referindo-se ao plano de negócios mencionado pelo BRB ao firmar o acordo.

O banco informou que tinha o



“Foi dado um grande passo, com autoridades de peso assinando o documento”

César Bergo,
economista da UnB

“(A operação) oferece um horizonte de tempo adequado para reorganização”

Renan Silva,
economista do Ibmec

plano pronto para a solicitação da operação junto ao FGC e firmou o compromisso com a celeridade no cumprimento e atendimento das condições necessárias à celebração do acordo.

“A assinatura desse acordo é um avanço significativo. Esperamos que, nos próximos meses, a gestão do BRB siga profissional e isenta de interferências políticas. Esperamos que o banco cumpra suas obrigações perante ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários. Eu não tenho a menor dúvida de que, com a efetivação e homologação judicial deste acordo, melhora bastante o cenário para efeito de manutenção do BRB como um banco do Distrito Federal”, ressaltou César Bergo.

Ponderações

Do ponto de vista econômico-financeiro, Renan Silva observa que a operação reforça o capital regulatório do banco. “Além disso, oferece um horizonte de tempo adequado para reorganização interna, revisão de processos de governança e eventual recuperação judicial de valores relacionados às fraudes investigadas”, explica.

“Ainda que o montante não elimine completamente o passivo potencial do caso Master, estimado em patamares superiores ao valor do empréstimo, o aporte é

suficiente para conter a fase mais aguda da crise e criar um colchão de capital transitório capaz de permitir a continuidade das operações essenciais do BRB e o cumprimento das exigências prudenciais mínimas”, analisa o especialista.

Renan ressalta ainda que a vinculação do pagamento do empréstimo ao lucro futuro do banco confere racionalidade financeira ao acordo, pois evita pressionar as contas-correntes do GDF no curto prazo e condiciona o reembolso à capacidade real de geração de caixa da instituição.

“Contudo, vale pontuar que o risco fiscal embutido para o Distrito Federal permanece relevante. Se a capacidade de geração de lucro do BRB não se materializar na velocidade ou no volume esperado, o Tesouro local poderá ser acionado para complementar pagamentos, o que pressiona as finanças públicas em um cenário macro desafiador”, destaca. “Ao mesmo tempo, a exigência de fiança por parte de um sindicato de bancos funciona como mitigador de risco para o FGC e trata-se de um sinal de que o mercado impôs garantias robustas para o rearranjo”, complementa.

Em termos de governança, o especialista explica que o acordo produz efeitos ambivalentes. “Por um lado, a validação pelo STF, a presença da União e a participação de instituições financeiras privadas pressionam o BRB a implementar mudanças estruturais em controles internos, compliance e gestão de risco, algo indispensável após as perdas geradas. Por outro lado, a necessidade desse desenho complexo expõe fragilidades preexistentes e cria uma narrativa de que o banco estará sob observação reforçada nos próximos anos”, frisa Renan.

Por fim, sob a ótica técnica e financeira, o economista avalia que o acordo é positivo para o BRB porque elimina o risco de ruptura, recompõe liquidez e melhora solvência. “O banco ganha tempo, capital e condições institucionais para se recuperar. Porém, o sucesso da operação depende da capacidade efetiva do BRB de voltar a gerar lucro, da execução rigorosa das medidas de saneamento e do monitoramento contínuo dos riscos remanescentes”, salienta.

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Especialistas analisam os efeitos do acordo fechado para salvar o BRB

